

Fatores que Influenciam a Contabilização dos Ativos De Infraestrutura nos Estados Brasileiros

Kleberson Santos da Silva

Mestre em Ciências Contábeis

Fucape Business School

Boa Vista, Vitória/ES

ORCID : <https://orcid.org/0000-0001-7187-3464>

E-mail: klebersonsantos100@gmail.com

Gercione Dionizio Silva

Doutor em Economia Aplicada

Fucape Business School

Boa Vista, Vitória/ES

ORCID : <https://orcid.org/0000-0002-3649-1767>

E-mail: gercione@fucape.br

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os possíveis fatores que influenciam a implementação das normas internacionais de contabilidade, IPSAS, pelos estados brasileiros. Na análise, foi utilizado como escopo a contabilização dos ativos de infraestrutura e a NBCTSP07. Para determinar o efeito de interesse, estimou-se um modelo Logit com dados em painel e efeitos aleatórios, tendo como base as informações dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, no período de 2015 a 2018. Os resultados encontrados apontaram que das três hipóteses propostas (crescimento econômico, transparência pública e ciclo político), apenas o ciclo político influenciou positivamente a implementação das normas internacionais de contabilidade, enquanto o crescimento econômico e transparência pública não apresentaram resultados significativos. Logo, inferiu que o processo de implementação das normas está condicionado à situação política vigente e não as questões econômicas e de mercado ou à necessidade de uma maior transparência, tal qual destacado na norma.

Palavras-Chave: Ativos de Infraestrutura. Normas internacionais de contabilidade. Contabilização de Ativos.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the possible factors that influence the implementation of international accounting standards, IPSAS, by Brazilian states. In the analysis, the accounting of infrastructure assets and NBCTSP07 were used as the scope. To determine the effect of interest, a panel data Logit model with random effects was estimated, based on information from the 26 Brazilian states and the Federal District, from 2015 to 2018. The results indicated that out of the three proposed hypotheses (economic growth, public transparency, and political cycle), only the political cycle positively influenced the implementation of international accounting standards, while economic growth and public transparency did not yield significant results. Therefore, it inferred that the process of standards implementation is contingent upon the current political situation and not on economic and market issues or the need for greater transparency, as highlighted in the standard.

Keywords: Infrastructure assets. International accounting standards. Asset Accounting.

1. INTRODUÇÃO

O processo de convergência das normas de contabilidade aos padrões internacionais, ocorrido desde o início do século XXI, vem promovendo mudanças em procedimentos e políticas contábeis dos países que as adotaram. Este processo busca aumentar o grau de qualidade da contabilidade e promover a convergência às normas internacionais, proporcionando uma maior comparabilidade e compreensibilidade dos relatórios financeiros. (Chan, 2010; Diniz et al., 2015; Marti & Kasperskaya, 2015; Berger, 2018; Kartiko et al., 2018).

Para atender a este propósito, a International Federation of Accountants (IFAC) implementou uma série de ações e procedimentos visando a harmonização dos critérios de reconhecimento de receitas e despesas, avaliação de ativos e passivos, evidenciação da situação financeira e das mutações do patrimônio. Este processo foi conduzido pelo International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), com a finalidade de adicionar as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, baseadas no regime de competência (IPSAS). Segundo a IFAC (2016), a adoção das normas IPSAS pelos governos melhora a qualidade e comparabilidade das informações financeiras, por isso, representa um avanço da contabilidade.

De acordo com Morais e Neto (2011), Diniz et al. (2015) e Marti e Kasperskaya (2015), os avanços qualitativos das demonstrações e sistemas contábeis do setor público impactam diretamente a capacidade de capitalização de novos recursos e a transparência política, financeira e fiscal dos governos. Além disso, é importante destacar que a convergência às normas internacionais de contabilidade, pode impactar segmentos econômicos, sociais, políticos e culturais, visto que, os agentes envolvidos nesse processo não se limitam aos profissionais da contabilidade e dos governos.

Nesse sentido, Bellanca (2014) e Kartiko et al. (2018) afirmam que a implementação das IPSAS pode melhorar a transparência e integridade dos relatórios contábeis. Assim, pode reduzir incertezas perante as agências de classificação e auxiliar investidores e demais usuários das demonstrações contábeis nas análises financeiras dos governos.

De acordo com Pallot (1997), o êxito da contabilidade por competência dos governos surge de uma nova cultura organizacional perante os gestores públicos, onde os ativos de infraestrutura devem ser adequadamente reconhecidos, avaliados e gerenciados. Além disso, segundo Newell et al. (2009), a contabilização eficaz da infraestrutura gera efeito positivo na captação de investidores internacionais. Consequentemente, esta pode alavancar novas fontes de recursos para administração pública, articular mais investimentos e impulsionar o desenvolvimento econômico (Palei, 2015).

Face aos efeitos positivos deste processo de convergência às regras de contabilização dos ativos de infraestrutura exigida pelas normas internacionais de contabilidade, IPSAS 17, se apresenta cada vez mais relevante. No entanto, destaca-se que não existe um consenso em relação aos ativos de infraestrutura contemplados na IPSAS-17. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), os ativos contemplados são aqueles que normalmente podem ser conservados por um número significativamente maior de anos do que a maioria dos bens do ativo imobilizado. Já, para Grice (2016), usualmente são incluídos dentro desse conjunto as estradas, rodovias, transportes, redes de comunicação, energia, saneamento, abastecimento de água e outros.

No Brasil o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade é provido por meio da edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor

Público (NBCTSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Nesse processo, a NBCTSP07, é a norma que versa sobre a contabilização dos ativos de infraestrutura do setor público, cujo prazo limite estipulado pela portaria STN548/2015 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é de 01 de janeiro de 2022 para todos os Estados brasileiros. Conquanto, até 2018 poucos Estados brasileiros haviam iniciado o processo de cumprimento da norma brasileira.

Na literatura, diversos trabalhos têm destacado os benefícios e os impactos do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, tais como a contabilização dos ativos de infraestrutura (Wooldridge et al., 2001; Vermeer, Patton, & Styles, 2011; Grice, 2016; Gonçalves et al., 2017; Abreu, 2018; Amaral & Lima, 2013; Pallot, 2017; Aversano & Christiaens, 2014; Sincerre et al., 2019). Contudo, é importante ressaltar que o processo de convergência não tem ocorrido de forma sincronizada. Logo, entender quais fatores influenciam o processo de adoção dessas normas pode auxiliar na visualização de quais barreiras precisam ser superadas para o desenvolvimento do processo.

Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo verificar se o crescimento econômico, ciclo político e transparência pública influenciam a probabilidade de implementação das IPSAS nos estados brasileiros. A amostra foi composta pelos 26 Estados brasileiros mais o Distrito Federal, no período de 2015 a 2018. Neste estudo, foi utilizado como cerne o processo de contabilização dos ativos de infraestrutura.

Almejando alcançar os objetivos propostos, empregou-se uma abordagem metodológica quantitativa com aferição via modelo de regressão Logit com dados em painel. Neste modelo de escolha binária, a variável dependente foi relacionada a implementação das normas internacionais de contabilidade IPSAS pelos estados brasileiros.

Os resultados desta pesquisa demonstraram que o ciclo político influencia positivamente na probabilidade de implementação das normas internacionais de contabilidade pelos estados brasileiros. Por outro lado, o crescimento econômico e transparência pública não apresentaram relação estatística com a probabilidade de implementação das normas por parte dos estados brasileiros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Convergência às IPSAS e os ativos de infraestrutura

De acordo com a Secretária do Tesouro Nacional STN, o prazo para convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais segue o plano de implantação da portaria STN nº 548/2015. Essa normativa estabeleceu a adoção de forma gradual e com prazos diferenciados para implementação pela união, estados e municípios. O prazo para obrigatoriedade das informações sobre os ativos de infraestrutura para União encerrou em 2019, para os estados em 2022 e para os municípios em 2023. A norma brasileira NBCTSP07, estabeleceu um conjunto de procedimentos contábeis para a correta contabilização dos bens do ativo seguindo os critérios internacionais. Esses procedimentos compreendem: o reconhecimento, a mensuração, a depreciação e as perdas por redução ao valor recuperável desses ativos. Como resultado, espera-se que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender melhor as informações sobre os investimentos das entidades públicas e suas variações (CFC, 2016).

Ativos de infraestrutura não possuem uma definição universal, mas geralmente apresentam algumas características marcantes: são parte de um sistema ou rede, são

especializados por natureza, não possuem usos alternativos, não podem ser removidos, podem estar sujeitos a restrições na alienação e são conservados por muitos anos. Grice (2016) destaca ainda que são considerados ativos de infraestruturas os ativos que não sejam residenciais, ou seja, as estruturas de estradas, comunicações, transportes, energia, água, gestão de resíduos e até monumentos.

Aversano e Christiaens (2014), destacam que a relevância financeira para mensuração dos custos e da responsabilidade para prestação de contas perante a sociedade justifica a importância do processo de convergência para auxiliar os governantes na tomada de decisões. Wooldridge et al. (2001), Vermeer, Patton e Styles (2011) destacam que a descrição e contabilização assertiva dos custos de aquisição, manutenção, políticas de preservação e investimentos futuros, auxiliam na tomada de decisão e prestação de contas dos gestores à sociedade. Dessa forma, o embasamento contábil poderá afetar de forma positiva, a prestação de serviços (Matos & Rocha, 2018).

Ademais, verifica-se que diferentes fatores podem influenciar na convergência de uma norma, pois os agentes envolvidos são heterogêneos. Por exemplo, Neto e Silva (2019) salientam que distância hierárquica, coletivismo, feminilidade, baixa aversão à incerteza e alta orientação são fatores relacionados aos agentes envolvidos que precisam ser considerados. Logo, considerar estes fatores pode aumentar a probabilidade de aceitação da mudança comportamental exigida para o sucesso da convergência.

2.2 Crescimento econômico e adoção das IPSAS

O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ao redor do mundo é essencial para a globalização dos mercados de capitais. Segundo Carneiro e Nakao (2014) a harmonização de procedimentos contábeis entre os países facilita a troca de informações exigidas pela expansão do mercado e crescimento das relações multinacionais.

Dentre os fatores relevantes para o crescimento econômico, pode-se destacar os investimentos em infraestrutura. Newell et al. (2009) destacam que investimentos em aeroportos, portos, comunicação, geração e distribuição de energia e tratamento de água afetam positivamente o crescimento econômico. Nesse contexto, Nunn (1991) ressalta que estes investimentos são importantes tanto para o crescimento econômico do setor público (da região), quanto do setor privado. De forma análoga, Silva et al. (2016) e Fabiano (2013) ressaltam que, no Brasil, essa relação é evidenciada principalmente pelos investimentos em infraestrutura de transportes, devido sua importância para o escoamento da produção nacional.

Todavia, apesar da importância dos investimentos para o desenvolvimento econômico, os recursos públicos para esse fim são limitados. Fernandez et al. (2017) destacam que essa insuficiência de recursos públicos pode ser sanada com parcerias junto a iniciativa privada, as chamadas parcerias públicas-privadas PPPs. Notadamente, verifica-se que a capitalização de recursos na esfera privada pelos entes públicos é de extrema importância para a manutenção e sustentação do crescimento econômico, via investimento em infraestrutura. De acordo com Wooldridge et al. (2001) esta capitalização pode ser potencializada através da divulgação simplificada e transparente de informações sobre os custos de construção e manutenção dos ativos de infraestrutura disponibilizadas nos relatórios financeiros.

Assim, a apresentação da real condição dos ativos públicos nos relatórios financeiros tem se tornado um fator relevante para angariar novas fontes de financiamento. Nesse sentido, a convergência à norma internacional de contabilização de ativos possibilita aos governos locais alcançar recursos tanto domésticos quanto externos (Silva & Teixeira, 2008; Werner, 2020; Thorstensen & Faria, 2019).

Em síntese, observa-se que o crescimento econômico, está diretamente associado à realização dos investimentos em infraestrutura, os quais dependem de diversos fatores. Destes fatores, destacam-se as informações financeiras divulgadas pelos governos nos relatórios contábeis, uma vez que estas informações desempenham papel fundamental, refletindo a situação patrimonial e financeira da instituição, podendo atrair investidores e novas fontes de recursos. Por exemplo, a constituição de parcerias público-privadas e consórcios para execução de altos investimentos públicos. Isto posto, infere-se a seguinte hipótese:

H1: O crescimento econômico influencia positivamente a probabilidade de implementação das normas internacionais de contabilidade.

2.3 Ciclo político e sua influência na adesão às IPSAS

De acordo com Vicente e Nascimento (2012) o aumento das despesas em investimentos de infraestrutura eleva a probabilidade de reeleição dos governantes. Adicionalmente, Balaguer-Coll et al. (2015) verificaram que esse aumento é mais preeminente em períodos pré-eleitorais.

Santos (2018), ao analisar 03 ciclos eleitorais no Brasil, observou que em períodos próximos às eleições, os investimentos públicos são direcionados aos gastos que proporcionam maior visibilidade perante os eleitores, tais como estradas, rodovias, pontes, calçamentos. Segundo Salvato et al. (2007) esta manobra política busca influenciar o voto do eleitorado mediante a criação de um cenário econômico favorável.

Nesse contexto, é importante destacar que, conforme Amaral e Lima (2013), os efeitos das ações políticas pode refletir nos registros e demonstrações contábeis. Notadamente, a obrigatoriedade do registro dos ativos de infraestrutura nos relatórios financeiros, por meio da mensuração e evidenciação desses ativos promove a inibição de manipulação sobre a existência de obras e maior transparência sobre os valores investidos.

Dias et al. (2018) também constataram relação positiva e significativa desses investimentos com a recondução dos políticos, partidos políticos e/ou coligações. Nessa abordagem, Gonçalves et al. (2017), destacam que os investimentos em infraestrutura (energia, transportes e telecomunicações), são fatores que se destacam no fomento da economia e na imagem política perante o eleitorado. Consequentemente, as informações sobre esses gastos tendem a ser mais exploradas em ano pré-eleitoral e eleitoral, independentemente de ideologia partidária. Conquanto, Brusca et al. (2016), ressaltam que os políticos devem considerar o aprimoramento da elaboração e divulgação das informações contábeis. Visto que, podem ser utilizadas como ferramenta para melhorar a gestão pública e reduzir a percepção de corrupção.

Ademais, Amaral e Lima (2012) salientam que dentre o conjunto de normas internacionais de contabilidade que repercutem diretamente na situação patrimonial da entidade, a IPSAS17, que trata sobre ativo imobilizado, pode contribuir para entender os efeitos dos ciclos políticos nas informações contábeis publicadas. Visto que o aumento da

dívida e a evidenciação dos ativos podem inibir a manipulação sobre a existência de obra de mesma natureza e proporciona uma maior transparência sobre os valores investidos.

Pelo exposto, observa-se que estudar o impacto que o ciclo eleitoral exerce sobre a probabilidade de geração de informações financeiras, em especial sobre os ativos de infraestrutura, é importante para se compreender os fatores que influenciam o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Logo, pode-se inferir a seguinte hipótese.

H2: O ciclo eleitoral influencia positivamente a probabilidade de implementação das normas internacionais de contabilidade.

2.4. Transparência na gestão pública

O reflexo das informações contábeis no nível de transparência dos governos é um dos fatores da adesão às normas internacionais de contabilidade (Diniz et al., 2015). Deve-se observar que a transparência pública se associa positivamente à qualidade das informações, nível de confiança dos governos, redução de corrupção, ao processo de responsabilização, prestação de contas e controle social e a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas (Araujo & Tejedo-Romero, 2016; Abreu, 2018).

Para Lyrio et al. (2018), a transparência apresenta relação importante no combate à corrupção e no processo de prestação de contas. Dessa forma, o aumento dos níveis de transparência e responsabilidade proporcionado pela implementação das IPSAS, ajuda a fornecer informações mais significativas para tomadores de decisão e demais usuários (Ogbuagu & Onuora, 2019).

Além disso, é importante destacar que, à medida que a transparência dos governos aumenta, as informações contábeis publicadas tendem a elevar os níveis de comparabilidade, responsabilidade, eficácia e eficiência das ações governamentais (Rossi et al., 2016; Kartiko et al., 2018; Rogosic & Palos, 2017; Bellanca, 2014).

Neste contexto, Mader et al. (2018) destacam que o nível de confiança de um governo se baseia na transparência que, por sua vez, pode promover maior responsabilidade. Portanto, a divulgação destas informações deve ser realizada de forma precisa e clara. Logo, impulsionar a transparência no setor público pode contribuir para alavancar novos investimentos e conseqüentemente, sua contabilização.

Diante do exposto, a transparência da gestão pública parece desempenhar papel importante para as refletir informações governamentais e aumentar a credibilidade da instituição. Destaca-se que, destas informações, as demonstrações contábeis e relatório financeiros espelham as ações desempenhadas e impulsionam aumento da transparência. Logo, pressupõe-se a seguinte hipótese:

H3: A transparência dos entes públicos aumenta a probabilidade de implementação das IPSAS.

3. METODOLOGIA

Conforme apresentado, a implementação de uma norma internacional de contabilidade pode ser influenciada por diversos fatores socioeconômicos, dos quais se destacam o crescimento econômico, a transparência pública e o ciclo político. Para verificar se essas variáveis interferem na adoção das normas internacionais de contabilidade,

utilizando como escopo a contabilização dos ativos de infraestrutura, foi aplicado o modelo de regressão logística (Logit) com dados em painel. O período estudado foi de 2015 a 2018.

De acordo com Pino (2007), o modelo de regressão logística pode ser utilizado para modelar variáveis de resposta (que assumem os valores 0 e 1). Esse modelo gera observações individuais de um resultado binomial, onde a resposta da hipótese inferida é expressa como a probabilidade ou não de ocorrência.

3.1. Dados da amostra

Na proposição da abordagem quantitativa do estudo foram utilizados dados secundários. A amostra analisada é composta por todos os 26 Estados brasileiros mais o Distrito Federal. O período analisado foi de 2015 a 2018. Este período foi definido a partir da edição na NBCTSP07 em 2017, contudo, ao analisar os balanços patrimoniais e as notas explicativas de alguns estados, foi constatado que alguns já atendiam a norma internacional antes mesmo da edição da norma brasileira. O prazo limite de implementação estabelecido pela norma para os estados expira em 2022. A amostra obteve a composição de 108 observações.

O IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentou os dados reativos ao PIB de 2018 apenas em novembro de 2020, fato que dificultou e limitou o estudo para períodos mais recentes. O índice de competitividade do estado é composto por 10 pilares estratégicos analisados em conjunto, são eles: infraestrutura, sustentabilidade social, segurança pública, educação, solidez fiscal, eficiência da máquina pública, capital humano, sustentabilidade ambiental, potencial de mercado e inovação. Desses pilares, foram selecionados 5 (Infraestrutura, educação, potencial de mercado, sustentabilidade ambiental e solidez fiscal) para compor as variáveis de controle do modelo afim de controlar os efeitos não observados sobre a variável dependente.

3.2. Modelo econométrico e variáveis

Para determinar o efeito do crescimento econômico, ciclo político e transparência pública, na contabilização dos ativos de infraestrutura dos governos estaduais brasileiros, estimou-se o seguinte modelo empírico:

$$NBC07_{it} = \beta_0 + \beta_1 CECON_{it} + \beta_2 APRE_{it} + \beta_3 AELE_{it} + \beta_4 TRANSP_{it} + \sum_5^{10} \beta_k Control_{it} + \varepsilon_{it}$$

Em que: NBC07 é uma variável dummy que assume valor 1 se o estado contabiliza os bens de infraestrutura ou 0, caso contrário; CECON, crescimento econômico do estado no período, é mensurado pela proxy de taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) no período t em relação ao período t-1; APRE, dummy que identifica se o período é o ano antecessor às eleições estaduais quando assume valor 1 e 0, caso contrário; AELE, dummy que identifica se o período é o ano de eleições estaduais quando assume valor 1 e 0, caso contrário; TRANSP, nota de transparência dos estados perante avaliação da Controladoria Geral da União (CGU); Control, vetor das variáveis de controle utilizadas no estudo; e ε_{it} que representa o termo de erro do modelo. Os subscritos i e t representam, respectivamente, os estados brasileiros mais o Distrito Federal e o ano no qual a variável foi analisada.

O vetor das variáveis de controle foi composto pelas variáveis: RTRANSF, cujo valor representa o percentual de receita do estado recebido por transferências do governo federal em relação a sua receita total, esse valor destaca quanto o estado depende de fontes externas para realização de suas despesas e investimentos; as variáveis PINFRA, PEDUC, PPMERC, PSAMB e PSOFIS que representam respectivamente, Infraestrutura, Educação, Potencial de mercado, Sustentabilidade Ambiental e Solidez Fiscal, são 5 dos 10 pilares estratégicos que compõem a análise do ranking de competitividade dos estados brasileiros fornecido pelo Centro de Liderança Pública (CLT).

A variável NBC07, mensurada por uma dummy, representa se o estado utiliza ou não a contabilização dos ativos conforme às normas internacionais em suas demonstrações contábeis. Na sua construção, foram analisados os balanços patrimoniais e as notas explicativas anuais de todos os estados brasileiros, a fim de ratificar o lançamento contábil dos ativos de infraestrutura conforme preconiza a norma NBCTSP07. Dessa forma, foi considerado o devido registro contábil nos estados que apresentaram balanço patrimonial com saldo na conta contábil de ativo imobilizado e foram discriminados em notas explicativas por meio da evidenciação desses ativos.

A variável CECON, foi utilizada como proxy do crescimento econômico do estado. A métrica utilizada foi o Produto Interno Bruto (PIB), este indicador representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos pelo ente no período. Segundo Oliveira et al. (2008) é possível verificar correlação positiva entre PIB e IPSAS, indicando que países como maiores PIB's estão mais propensos ao processo de adoção das IPSAS.

Não obstante, Dutra e Jesus destacam que mesmo em países desenvolvidos, a adoção do processo de convergência não se apresenta de forma unânime. Segundo Amiri e Hamza (2020) o estreitamento das relações econômicas com parceiros internacionais e a boa governança levam os países a adotarem às IPSAS. Assim, se tentou observar se os estados em crescimento econômico tendem a implementar mais rapidamente as normas internacionais de contabilidade.

As variáveis APRE e AELE, são dummies utilizadas como proxies para verificar o efeito do ciclo eleitoral sobre a implementação das IPSAS, ambas são valoradas com 1, quando se trata de ano antecessor a eleição e ano eleitoral respectivamente e 0, caso contrário. Esse tratamento para analisar o ciclo eleitoral também já foi utilizado nos estudos de Gonçalves et al. (2017) e Santos (2018) sobre os impactos que esse ciclo causa na despesa e investimentos públicos.

Segundo Akhmedov e Zhuravskaya (2004) os gestores públicos alteram seu padrão de gastos e despesas em períodos pré-eleitorais visando a reeleição. Essa manipulação é ratificada por Dias et al. (2018) ao destacarem o incremento dessas despesas é direcionado aos investimentos públicos. Ambos os autores verificaram esse comportamento analisando os períodos que antecedem as eleições, dessa forma, esse estudo também se propôs a analisar o efeito do ciclo eleitoral, utilizando variáveis que identificassem o período que precede as eleições estaduais.

A variável TRANSP se refere à nota que o estado possui na Escala Brasil Transparente (EBT). Essa escala é uma metodologia que mede a transparência pública em estados e municípios brasileiros. Seu enfoque envolve analisar a transparência passiva por meio da observância da existência de canais de comunicação com a sociedade, como ouvidoria e formulários eletrônicos e analisa a transparência ativa, na qual as informações de gestão e

financeiras são dispostas de forma espontânea, como em sites oficiais, publicações e portais de transparência.

O objetivo da EBT é fornecer subsídios para o exercício das atribuições da Controladoria Geral da União (CGU) na fiscalização do atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de acesso à Informação para promover maior transparência e prestação de contas. Sua utilização no estudo proporcionou verificar se os estados considerados mais transparentes tendem a contabilizar mais seus ativos de infraestrutura.

A variável RTRANSF, representa é o percentual de receitas que o governo estadual recebe do governo federal em relação a sua receita total. Os dados foram extraídos dos demonstrativos contábeis disponibilizados no SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro). Assim, com essa variável, buscou-se verificar se os estados que mais recebem transferências e possuem maiores percentuais de receitas transferidas pelo governo federal, possuem maior probabilidade de implementação das normas internacionais.

A variável PINFRA, é um pilar do ranking de competitividade dos estados que compila indicadores para avaliação dos principais segmentos de infraestrutura como rodovias, energia e telecomunicações. Está diretamente associado a avaliação de competitividade do estado e se espera que quanto maior for sua nota de avaliação que varia entre 0 e 100, maior será a probabilidade de implementação nas IPSAS por parte dos estados.

A variável PEDUC, é um pilar do ranking de competitividade dos estados que compila indicadores para avaliação dos principais segmentos da educação como taxa de frequência líquida, qualidade do ensino fundamental e médio, índice de oportunidades da educação brasileira. Está diretamente associado a avaliação de competitividade do estado e se espera que quanto maior for sua nota de avaliação que varia entre 0 e 100, maior será a probabilidade de implementação nas IPSAS por parte dos estados.

A variável PPMERC, é um pilar do ranking de competitividade dos estados que compila indicadores para avaliação dos principais segmentos que influenciam o potencial de mercado do estado como tamanho e dinâmica de crescimento do PIB e crescimento potencial da força de trabalho nos último 10 anos. Está diretamente associado a avaliação de competitividade do estado e se espera que quanto maior for sua nota de avaliação que varia entre 0 e 100, maior será a probabilidade de implementação nas IPSAS por parte dos estados.

A variável PSAMB, é um pilar do ranking de competitividade dos estados que compila indicadores para avaliação dos principais segmentos que influenciam a sustentabilidade ambiental do estado como emissão de CO₂, serviços urbanos, destinação do lixo e tratamento de esgoto. Está diretamente associado a avaliação de competitividade do estado e se espera que quanto maior for sua nota de avaliação que varia entre 0 e 100, maior será a probabilidade de implementação nas IPSAS por parte dos estados.

A variável PSOFIS, é o pilar do ranking de competitividade dos estados que compila indicadores para avaliação dos principais segmentos que influenciam a solidez fiscal do estado como solvência fiscal (razão entre dívida consolidada líquida e receita corrente líquida), resultado primário (diferença entre receita primária e despesa primária), resultado nominal (variação da dívida consolidada líquida de um ano para outro), sucesso da execução orçamentária (razão entre despesa liquidada e despesa total atualizada), capacidade de investimento (razão entre investimento liquidado e a receita corrente líquida) e autonomia fiscal (razão entre receitas correntes próprias e receita corrente total). Está diretamente associado a avaliação de competitividade do estado e se espera que quanto maior for sua nota

de avaliação que varia entre 0 e 100, maior será a probabilidade de implementação nas IPSAS por parte dos estados.

As variáveis mencionadas e a projeção de seus sinais estão dispostas na Quadro 1, a seguir:

Quadro 1. Variáveis Utilizadas no Modelo

Tipo	Variáveis	Descrição	Sinal Esperado	Fonte dados
Explicada	NBC07	Variável <i>dummy</i> , recebe valor 1 caso o estado contabilize os ativos de infraestrutura conforme disposto na norma e 0, caso contrário.		SICONFI, Sites governamentais
Explicativas	CECON	Variável que recebe a taxa de crescimento do PIB do período t em relação ao período t-1.	Positivo	IBGE
	APRE	Variável <i>dummy</i> que recebe valor 1 quando se tratar de ano que antecede as eleições estaduais e 0, caso contrário.	Positivo	TRE e TCE
	AELE	Variável <i>dummy</i> que recebe valor 1 quando se tratar de ano de eleições estaduais e 0, caso contrário.	Positivo	TRE e TCE
	TRANSP	Recebe a nota de transparência do estado julgado pela Escala Brasil Transparente. Sua variação é de 0 a 10.	Positivo	CGU-Escala Brasil Transparente
Controle	RTRANSF	Quanto da receita total do estado é oriunda de transferências da união.	Positivo	SICONFI
	PINFRA	Recebe a nota do estado no ranking de competitividade dos estados em relação ao pilar Infraestrutura. Sua variação é de 0 a 100.	Positivo	Centro de Liderança Pública
	PEDUC	Recebe a nota do estado no ranking de competitividade dos estados em relação ao pilar Educação. Sua variação é de 0 a 100.	Positivo	Centro de Liderança Pública
	PPMERC	Recebe a nota do estado no ranking de competitividade dos estados em relação ao pilar Potencial de Mercado. Sua variação é de 0 a 100.	Positivo	Centro de Liderança Pública
	PSAMB	Recebe a nota do estado no ranking de competitividade dos estados em relação ao pilar Sustentabilidade Ambiental. Sua variação é de 0 a 100.	Positivo	Centro de Liderança Pública
	PSOFIS	Recebe a nota do estado no ranking de competitividade dos estados em relação ao pilar Solidez Fiscal. Sua variação é de 0 a 100.	Positivo	Centro de Liderança Pública

Fonte: Elaboração própria.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise descritiva, correlação entre variáveis e teste de médias

Considerando os procedimentos metodológicos aplicados e os dados coletados, na Tabela 1, foram apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo Logit.

Tabela 1*Estatística descritiva variáveis do modelo no período de 2015 -2018*

Variáveis	Média	D.P.	Mínimo	25%	50%	75%	Máximo
NBC07	0,370	0,485	0	0	0	1	1
CECON	5,686	3,908	-9,252	3,778	5,454	7,928	20,880
APRE	0,250	0,435	0	0	0	0,5	1
AELE	0,250	0,435	0	0	0	0,5	1
TRANSP	8,307	2,188	0	7,895	9,15	9,65	10
RTRANSF	0,343	0,160	0,083	0,211	0,3155	0,459	0,818
PINFRA	47,277	19,480	0	36,70	49,15	57,60	100
PEDUC	48,722	26,362	0	25,95	49,85	72,05	100
PPMERC	44,845	26,819	0	27,25	43,00	64,55	100
PSAMB	48,755	24,418	0	32,65	52,10	63,70	100
PSOFIS	65,848	24,811	0	53,20	70,95	82,30	100

Nota: Nota: NBCT07, identifica contabilização conforme as IPSAS, CECON: crescimento econômico mensurado pela taxa variação do PIB, APRE: assume valor 1 quando é ano pré-eleitoral e 0, caso contrário, AELE: assume valor 1 quando é ano eleitoral e 0, caso contrário, TRANSP: nota de avaliação de transparência do estado na Escala Brasil Transparente (EBT), vai de 0 a 10, RTRANSF: percentual da receita do estado que foi via transferência recebida da união, PINFRA, PEDUC, PPMERC, PSAMB e PSOFIS representam, respectivamente, as notas do pilar estratégico infraestrutura, educação, potencial de mercado, sustentabilidade ambiental e solidez fiscal na análise de competitividade dos estados cujas variações são de 0 a 100.

Com base nos resultados apresentados na Tabela 1, destaca-se que a média da variável NBC07 sobre o total de observações, sugere que muitos estados ainda não implementaram a norma brasileira convergida às IPSAS na contabilização de seus ativos. A média da variável RTRANSF, transferências da união para o estado foi cerca de 34% em relação à receita total arrecada pelo ente, ou seja, em média, um terço das receitas dos estados é proveniente dos repasses da União. Contudo, essa situação de dependência de receitas da União varia consideravelmente, alguns estados apresentaram uma composição de 8% de receita oriunda de transferências governamentais, já outros chegaram a cerca de 82% em relação a sua receita total.

Verifica-se ainda a partir da Tabela 1, que o valor médio atribuído a nota de transparência dos estados foi de 8,3, embora mais de 50% da amostra tenha apresentado notas entre 9 e 10. Ainda foi possível notar que o crescimento econômico médio dos estados foi de 5,66% com desvio padrão de 3,9. Nesse contexto, notou-se que em dado momento do período analisado, algum estado possuiu retração econômica de cerca de 9%, enquanto outro alcançou crescimento de cerca de 21%.

A Tabela 2 apresentou a matriz de correlação das variáveis utilizadas no modelo, obtido por meio do teste de correlação de Pearson. Nota-se que do total de correlações possíveis, 11 se apresentaram estatisticamente significantes a 1%.

Tabela 2

Matriz de correlação de Pearson

	NBC07	CECON	APRE	AELE	TRANSP	RTRANSF	PINFRA	PEDUC	PPMERC	PSAMB	PSOFIS
NBC07	1,000										
CECON	-0,039	1,000									
APRE	0,089	0,077	1,000								
AELE	0,089	0,173	-0,333*	1,000							
TRANSP	0,085	0,136	0,098	-0,013	1,000						
RTRANSF	-0,030	0,084	-0,035	-0,048	-0,383*	1,000					
PINFRA	0,309*	-0,049	-0,055	-0,092	0,290*	-0,400*	1,000				
PEDUC	0,334*	-0,113	-0,076	0,012	0,308*	-0,653*	0,479*	1,000			
PPMERC	0,096	0,001	-0,103	-0,146	-0,074	0,016	0,177	0,112	1,000		
PSAMB	0,056	-0,123	0,036	0,067	-0,017	-0,309*	0,206	0,439*	0,030	1,000	
PSOFIS	0,023	-0,028	-0,082	0,126	-0,069	0,059	0,124	-0,096	0,230	-0,010	1,000

Nota: * estatisticamente significantes ao nível de 1%. Nota: NBC07, identifica contabilização conforme as IPSAS, CECON: crescimento econômico mensurado pela taxa variação do PIB, APRE: assume valor 1 quando é ano pré-eleitoral e 0, caso contrário, AELE: assume valor 1 quando é ano eleitoral e 0, caso contrário, TRANSP: nota de avaliação de transparência do estado na Escala Brasil Transparente (EBT) vai de 0 a 10, RTRANSF: percentual da receita do estado que foi via transferência recebida da união, PINFRA, PEDUC, PPMERC, PSAMB e PSOFIS, representam, respectivamente, as notas do pilar estratégico infraestrutura, educação, potencial de mercado, sustentabilidade ambiental e solidez fiscal na análise de competitividade dos estados cujas variações são de 0 a 100.

De acordo com a Tabela 2, observa-se que as variáveis crescimento econômico CECON, receita de transferência RTRANSF não se apresentaram positivamente relacionadas com a implementação das normas contábeis internacionais. Não obstante, esperava-se uma correlação positiva entre o crescimento econômico e a contabilização dos ativos de infraestrutura. Ademais, também foi possível observar que as variáveis explicativas CECON, APRE, AELE e TRANSP não apresentaram forte correlação com a variável explicada, visto que seus respectivos valores de -0,038, 0,088, 0,088 e 0,085 se aproximaram de 0.

Adicionalmente, foi analisado a presença de multicolinearidade entre as variáveis do modelo por meio do teste de Fator de Inflação da Variância (VIF). Destaca-se que a média do VIF entre as variáveis do modelo apresentou o valor de 6,44, média abaixo de 10. Infere-se que os possíveis problemas de multicolinearidade do modelo apresentaram-se reduzidos.

Considerando os procedimentos metodológicos para verificação do modelo estimado, foi executado o teste de diferença de médias para comparar as médias das variáveis entre os estados que iniciaram e os que não iniciaram a implementação das normas no tocante a contabilização dos ativos de infraestrutura.

Por sua vez, apresentou-se na Tabela 3 os resultados das diferenças de médias realizadas tendo como grupo de referência os estados que não contabilizaram os ativos de infraestrutura (A.I.) com aqueles que já contabilizaram, conforme o processo estabelecido nas normas. Os resultados demonstraram que os estados que contabilizaram esses ativos possuíam em média, melhores avaliações nas notas dos requisitos transparência pública, infraestrutura, educação, potencial de mercado, sustentabilidade ambiental e solidez fiscal. Dessa forma é possível observar que todos os pilares do ranking de competitividade utilizados na pesquisa possuem os melhores resultados nos estados que contabilizaram os ativos de infraestrutura.

Tabela 3*Teste de diferença de médias entre os estados*

Variável	Estados que não contabilizam A.I.			Estados que contabilizam A.I.			Diferença
	Obs	Média	Desvio P.	Obs	Média	Desvio P.	
CECON	68	5,802	3,230	40	5,490	4,891	0,3115
APRE	68	0,221	0,418	40	0,300	0,464	-0,7941
AELE	68	0,221	0,418	40	0,300	0,464	-0,7941
TRANSP	68	8,164	2,415	40	8,548	1,738	-0,3834
RTRANSF	68	0,347	0,160	40	0,337	0,170	0,1000
PINFRA	68	42,675	18,876	40	55,102	18,147	-12,427
PEDUC	68	42,001	25,191	40	60,135	24,583	-18,126
PMERC	68	42,875	25,113	40	48,195	29,524	-5,320
PSAMB	68	47,719	24,815	40	50,517	23,935	-2,798
PSOFIS	68	65,406	26,823	40	66,600	21,260	-1,194

Nota: NBCT07, identifica contabilização conforme as IPSAS, CECON: crescimento econômico mensurado pela taxa variação do PIB, APRE: assume valor 1 quando é ano pré-eleitoral e 0, caso contrário, AELE: assume valor 1 quando é ano eleitoral e 0, caso contrário, TRANSP: nota de avaliação de transparência do estado na Escala Brasil Transparente (EBT) vai de 0 a 10, RTRANSF: percentual da receita do estado que foi via transferência recebida da união, PINFRA, PEDUC, PPMERC, PSAMB e PSOFIS, representam, respectivamente, as notas do pilar estratégico infraestrutura, educação, potencial de mercado, sustentabilidade ambiental e solidez fiscal na análise de competitividade dos estados cujas variações são de 0 a 100.

4.2 Análise dos Resultados das Regressões

Esta seção apresentou a estimação do modelo econométrico proposto. Na Tabela 4 foi demonstrado o resultado da regressão estimada.

Tabela 4*Regressão Logística Estimador Logit- Efeitos Aleatórios*

NBC07	Coefficiente	D.P	P-valor
CECON	-0,240	0,331	0,467
APRE	11,959	4,093	0,003*
AELE	11,214	4,610	0,015**
TRANSP	-0,117	0,843	0,889
RTRANSF	41,762	15,464	0,007*
PINFRA	0,256	0,106	0,016**
PEDUC	0,233	0,111	0,036**
PPMERC	0,473	0,618	0,444
PSAMB	0,315	0,597	0,598
PSOFIS	-0,797	0,536	0,137
_cons	-45,827	17,788	0,010
Prob > Chi2		0,003*	
Observações		108	

Nota: NBCT07, identifica contabilização conforme as IPSAS, CECON: crescimento econômico mensurado pela taxa variação do PIB, APRE: assume valor 1 quando é ano pré-eleitoral e 0, caso contrário, AELE: assume valor 1 quando é ano eleitoral e 0, caso contrário, TRANSP: nota de avaliação de transparência do estado na Escala Brasil Transparente (EBT) vai de 0 a 10, RTRANSF: percentual da receita do estado que foi via transferência recebida da união, PINFRA, PEDUC, PPMERC, PSAMB e PSOFIS, representam, respectivamente, as notas do pilar estratégico infraestrutura, educação, potencial de mercado, sustentabilidade ambiental e solidez fiscal na análise de competitividade dos estados cujas variações são de 0 a 100.

Ainda de acordo com a Tabela 4, foi possível notar que a variável CECON crescimento econômico não apresentou efeito sobre a probabilidade de implementação das normas

internacionais de contabilidade. De acordo com resultados encontrados rejeita-se a hipótese 1 e os argumentos utilizados na sua construção. Balassiano (2018) destaca que o biênio 2015-2016 foi o período de maior deterioração da economia brasileira nos últimos anos.

Além disso, verificou-se que a variável TRANSP Transparência, não foi estatisticamente significativa para o modelo. Portanto, não apresentou efeito sobre a probabilidade de implementação das normas internacionais de contabilidade. Embora diversos estudos, como os de Ogbuagu e Onuora (2019), Rossi et al. (2016), Kartiko et al. (2018), Rogosic e Palos (2017) e Bellanca (2014), enfatizem a correlação e efeitos positivos da implementação das IPSAS para a transparência pública, os resultados refutaram a hipótese construída, de que a transparência pública exerce efeito sobre a probabilidade de implementação das IPSAS. Assim, rejeita-se a hipótese 3.

Analisando a Tabela 4, a variável RTRANSF apresentou sinal positivo e estatisticamente significativo a 1%. Assim, inferiu-se que quanto maior o percentual de receita recebida por transferência da união maior será a probabilidade de implementação da norma brasileira NBCTSP07 convergida às IPSAS. Esse resultado ratifica a hipótese construída de que quanto maior o recebimento de recursos da união maior seria a probabilidade de implementação das normas. Uma vez que, um maior volume de recursos financeiros e orçamentários dos governos estaduais pode propiciar um melhor direcionamento na alocação dos recursos e com isso aumentar os investimentos (treinamentos, consultorias, estrutura tecnológica e pessoal) que possibilitem a implementação das IPSAS.

De acordo com a Tabela 4, as variáveis PINFRA e PEDUC que representam respectivamente a análise dos níveis de infraestrutura e educação dos estados, apresentaram resultados estatisticamente significativos a 5%. Infere-se dessa forma, que quanto maior o grau e qualidade de educação da população do estado e quanto melhor for a infraestrutura proporcionada pelo mesmo, maior será a probabilidade de implementação das normas contábeis vinculadas às IPSAS.

Dessa forma, estados que possuem boa infraestrutura e as contabilizam regularmente podem angariar novas fontes de financiamentos junto a investidores externos ou parcerias públicas privadas para realizar novos investimentos. Assim como uma população com maior e melhor grau de instrução educacional pode entender melhor os relatórios e informações contábeis disponibilizadas pelo governo e exigir uma maior eficiência no gasto público, a fim de terem suas demandas atendidas.

Em síntese, foi ratificada apenas uma, das três hipóteses levantadas na pesquisa, a que o ciclo político influencia positivamente à adoção das normas internacionais de contabilidade, usando como escopo a contabilização dos ativos de infraestrutura. Dessa forma, no modelo apresentado, verificou-se que o crescimento econômico e transparência pública não afetam a probabilidade do cumprimento da NBCTSP07, conseqüentemente, de implementação das IPSAS por parte dos estados brasileiros. Quanto as variáveis de controle propostas no modelo, RTRANSF, PINFRA e PEDUC apresentaram resultados que demonstram exercer influência sobre a contabilização dos ativos de infraestrutura e atendimento na NBCTSP07.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo verificar os fatores que influenciam a probabilidade da implementação das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, as

IPSAS. Nesta análise, foi utilizado como escopo a contabilização dos ativos de infraestrutura nos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal. O período analisado foi de 2015 a 2018. Para alcançar o objetivo proposto, foi estimado um modelo de probabilidade a partir do estimador LOGIT, para dados em painel.

Os resultados obtidos constataram que o ciclo político, por meio da análise de ano pré-eleitoral e ano eleitoral, afetou positivamente a probabilidade de implementação das IPSAS. A partir desse resultado foi possível ratificar a hipótese 2. Quanto às outras duas variáveis de interesse, crescimento econômico e transparência pública, os resultados indicaram que ambas não exercem influência sobre a implementação das IPSAS, rejeitando-se as hipóteses 1 e 3.

Ao analisar o impacto das variáveis de controle dispostas no modelo, os resultados demonstraram que receitas de transferências, infraestrutura pública e educação afetam positivamente a probabilidade de implementação das IPSAS. Portanto, infere-se que estados que buscarem implementar políticas de investimentos em infraestrutura e qualidade de educação para população, terão maior probabilidade de implementação das normas contábeis vinculadas às normas internacionais. Assim como o estado que apresentar credibilidade junto ao governo federal e continuar a receber transferências de receitas, poderão ampliar fontes de financiamento para implementação das IPSAS.

Dessa forma, como contribuições do estudo sugere-se que aumentar a competitividade do estado, por meio de investimentos nos pilares analisados (infraestrutura, educação, sustentabilidade ambiental, potencial de mercado e solidez fiscal), além de manter credibilidade junto ao governo federal para recebimento de transferências de receitas, pode contribuir para o aumento da probabilidade de implementação das normas internacionais de contabilidade IPSAS por parte dos estados brasileiros.

As limitações encontradas no presente estudo referem-se ao período de recessão econômica pela qual o Brasil passou no biênio 2015-2016. Essa ocorrência pode ter influenciado negativamente a análise do crescimento econômico dos estados, como também, proporcionado aumentos excessivos nas taxas de desemprego no período. A limitação da disponibilização dos dados referentes ao período estudado também se mostrou relevante, visto que informações referentes ao período analisado, 2015-2018 foram disponibilizados apenas em novembro de 2020.

Embora o número de estudos quanto aos determinantes da adesão às normas internacionais de contabilidade seja crescente, ainda carece de um maior aprofundamento nos fatores que podem influenciar sua implementação, principalmente utilizando como escopo as IPSAS 17 ou a NBCTSP07. Como sugestão de pesquisa futura, sugere-se utilizar outras NBCTSP convergidas às IPSAS como escopo para verificar a influência dos fatores observados no estudo, além de incluir fatores endógenos como qualificação de pessoal, estrutura e inovação tecnológica e sustentabilidade social em estudos futuros e assim, ampliar a literatura sobre fatores que podem influenciar na implementação das NBCTSP convergidas às normas internacionais de contabilidade.

REFERÊNCIAS

Abreu S. J. C. (2018). Determinantes da Transparência Pública em Países Subdesenvolvidos (Dissertação de mestrado). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade,

Economia e Finanças - FUCAPE, Vitória, ES, Brasil. Recuperado em 23 de julho, 2019, de http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Cristiano%20de%20Jesus%20Souza%20de%20Abreu.pdf

- Amaral F. G., & Lima V. D., (2013). A Contribuição da Nova Contabilidade Pública Sobre os Efeitos dos Ciclos Políticos no Brasil. *Revista Ambiente Contábil*, 5(2), 173-189.
- Amiri, A., & Hamza, SE (2020). A transição para as normas IPSAS: o grau de adoção e a influência de fatores institucionais, de contingência e de rede econômica. *Accounting and Management Information Systems*, 19(2), 215-251. <https://doi.org/10.24818/jamis.2020.02002>
- Araujo, J. F. F. E., & Tejedo-Romero, F. (2016). Local government transparency index: determinants of municipalities' rankings. *International Journal of Public Sector Management*, 29(4). <https://doi.org/10.1108/IJPSM-11-2015-0199>
- Aversano, N., & Christiaens, J. (2014). Governmental financial reporting of heritage assets from a user needs perspective. *Financial Accountability & Management*, 30(2), 150-174. <https://doi.org/10.1111/faam.12032>
- Akhmedov, A., & Zhuravskaya, E. (2004). Opportunistic political cycle: Testing a young democracy setting. *The Quarterly Journal of Economics*, 119(4), 1301-1338. <https://doi.org/10.1162/0033553042476206>
- Balaguer-Coll T. M., Brun-Martos I. M., Forte A., & Tortosa-Ausina E. (2015). Local governments' re-election and its determinants: New evidence based on a Bayesian approach. *European Journal of Political Economy*, 39, 94-108. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2015.04.004>
- Balassiano, M. G. (2018). Recessão Brasileira (2014-2016): Uma Análise por Meio do Método do Controle Sintético do PIB, PIB per capita, Taxa de Investimento e Taxa de Desemprego. In Anais do XLVI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 46th Brazilian Economics Meeting]. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics].
- Bellanca S. (2014). Budgetary Transparency in the European Union: The Role of IPSAS. *International Advances in Economic Research*, 20, 455-456. <https://doi.org/10.1007/s11294-014-9495-7>
- Berger, T. M. M. (2018). IPSAS explicou: Um resumo das normas internacionais de contabilidade do setor público. John Wiley & Sons.
- Brusca, I., Rossi, F. M., & Aversano, N. (2018). Responsabilidade e transparência no combate à corrupção: uma análise comparativa internacional. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 20(5), 486-504.
- Carneiro, M., & Nakao, S. H. (2014). Influência das diferenças culturais, econômicas e sociais na adoção das IFRS. *Revista Universo Contábil*, 10(1), 104-125. <https://doi.org/10.4270/ruc.2014106>

- Chan, J. L. (2010). As NICSPS e a Contabilidade Governamental de Países em Desenvolvimento. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 4, 1-17. <https://doi.org/10.17524/repec.v4i1.145>
- Dias P. B., Nossa V., & Monte-Mor S. D. (2018). O Investimento Público Influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública*, 5(52), 880-898. <https://doi.org/10.1590/0034-7612172594>
- Diniz A. J., Silva S. F. S., Santos C. L., & Martins G. V. (2015). Vantagens da Implantação das Ipsas na Contabilidade Pública Brasileira: Análise da percepção dos membros do GTCON *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(9), 275-294. <https://doi.org/10.17524/repec.v9i3.1226>
- Fabiano A. L. M. (2013). A Importância do investimento e do Planejamento em Infraestrutura de Transportes. *Revista de Economia Mackenzie*, 3(11), 10-27.
- Fernandez, R. N., Cordeiro, L., Garcia, F., Duarte, J. M. D. P., & Carraro, A. (2018). Determinantes das Parcerias Público-Privadas na América Latina e no Caribe. *Perspectiva Econômica*, 13(2), 86-99. <https://doi.org/10.4013/pe.2017.132.01>
- Gonçalves G. L., Funchal B., & Bezerra Filho E. J. (2017). A Influência dos Ciclos políticos nos Investimentos Públicos em infraestrutura: Um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração pública*, 4(51) 462-481. <https://doi.org/10.1590/0034-7612156337>
- Grice J. (2016). National accounting for infrastructure. *Oxford Review of Economic Policy*, 32(3), 431-445. <https://doi.org/10.1093/oxrep/grw018>
- Kartiko S.W., Rossieta H., Martani D., & Wahyuni T. (2018). Measuring accrual-based IPSAS implementation and its relationship to central government fiscal transparency. *Brazilian Administration Review*, 15, 1-28. <https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2018170119>
- Lyrio, M. V. L., Lunkes, R. J., & Taliani, E. T. C. (2018). Thirty years of studies on transparency, accountability, and corruption in the public sector: The state of the art and opportunities for future research. *Public Integrity*, 20(5), 512-533. <https://doi.org/10.1080/10999922.2017.1416537>
- Mader, D., Vitters, C., & Obbagy, J. (2018). Restaurando a Confiança no Governo por meio da transparência, usando a contabilidade e fazendo cumprir a responsabilidade. *The Journal of Government Financial Management*, 67(3), 42.
- Marti, C., & Kasperskaya, Y. (2015). Public Financial Management Systems and Countries' Governance: A Cross-Country Study. *Public Administration and Development*, 35(3), 165-178.
- Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público de 18 de dezembro de 2018. Recuperado de http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA%20ed++public%C3%A7%C3%A3o_com+capa_2vs/4b3db821-e4f9-43f8-8064-04f5d778c9f6
- Marques, L. D. (2000). Modelos dinâmicos com dados em painel: revisão de literatura. Centro de estudos Macroeconómicos e Previsão, faculdade de Economia do Porto.

- Matos, P. R. F., & Rocha, J. A. T. da. (2018). Stocks and Mutual Funds: Common Risk Factors?. *Brazilian Business Review*, 6(1), 21-41. <https://doi.org/10.15728/bbr.2009.6.1.2>
- Morais, L. D. M., & Platt Neto, O. A. (2011). A reforma contábil promovida pelas NBCASP e o processo de convergência: implicações e perspectivas. Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Ciências Contábeis (anpcont), 5.
- Neto S. F. A., & Silva G. D. J. (2019). Valores culturais e estilos de aprendizagem dos operadores da contabilidade do setor público brasileiro frente ao processo de adoção das normas internacionais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, 1-16. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.144322>
- Newell G., Chau W. K., & Wong K.S. (2009). The Significance and Performance of Infrastructure in China. *Journal of Property Investment & Finance*, 27(02), 180-202. <https://doi.org/10.1108/14635780910937863>
- Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP – Estrutura Conceitual de 04 de outubro de 2016. Recuperado em 11 maio, 2020 de <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/?Codigo=2016/NBCTSPEC&arquivo=NBCTSPEC>.
- Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado de 22 de setembro de 2017. Recuperado em 11 maio, 2020 de http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/?detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTSP07&arquivo=NBCTSP07.docx
- Nunn S. (1991). Public Capital Investment and Economic Growth in Forth Worth: The Implications for Public Budgeting and Infrastructure Management. *Public Budgeting & Finance*, 11, 62-94. <https://doi.org/10.1111/1540-5850.00902>
- Oliveira, R. R., Silva, A. M. C. D., & Moraes, M. C. C. D. (2008). Transparência do orçamento governamental dos países: um estudo acerca da associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS. *Pensar Contábil*, 10(42) 5-11.
- Ogbuagu N.M., Onuora J. K. J. (2019). Effect of IPSAS Adoption on Accountability and Transparency in the Nigerian Public Sector Organizations. *Journal of accounting and financial management*, 3(5).
- Pallot, J. (1997). Contabilidade de infraestrutura para autoridades locais: gestão técnica e contexto político. *Financial Accountability & Management*, 13(3), 225-242. <https://doi.org/10.1111/1468-0408.00035>
- Palei T. (2015). Assessing The Impact of Infrastructure on Economic Growth and Global Competitiveness. *Procedia Economics and Finance*, 23, 168-175. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(15\)00322-6](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)00322-6)
- Pino, F. A. (2007). Modelos de decisão binários: uma revisão. *Rev. de Economia Agrícola, São Paulo*, 54(1), 43-57.
- Rossi M. F., Cohen S., Carpechione E., & Brusca I. (2016). Harmonizing public sector accounting in Europe: thinking out of the box. *Public Money & Management*, 36, 189-196. <https://doi.org/10.1080/09540962.2016.1133976>
- Rogosc A., & Palos K.P. (2017). Public Sector Accounting: Transparency Issues. *European Scientific Journal*, 13(10), 13-23.

- Salvato, M. A., Antunes, P. C., Araujo Jr, A., & Shikida, C. (2007). Ciclos políticos: um estudo sobre a relação entre flutuações econômicas e calendário eleitoral no Brasil, 1985-2006. IBMEC. *Texto para discussão*, (42). <https://doi.org/10.11132/rea.2002.173>
- Santos A. P. S. (2018) Motivações eleitoreiras e investimentos públicos discricionários: análise cross-subnational em uma jovem democracia. 2018. xi, 110 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Universidade de Brasília.
- Silva, G. T. F., & Teixeira, F. A. (2008). Empresas estatais e investimento estrangeiro em infraestrutura no Brasil após a crise financeira internacional de 2008. corecon-sc.org.br
- Silva C. J. G., Martins P. E. H., & Neder D. H. (2016). Investimentos em infraestrutura de transportes e desigualdades regionais no Brasil: uma análise dos impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). *Revista de Economia Política*, 36, 840-863. <https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n04a10>
- Sincerre, B. P., Sampaio, J., Famá, R., & Flores, E. S. (2019). The Impact of Private Equity and Venture Capital Funds on post-IPO Operational and Financial Performance in Brazilian invested companies. *Brazilian Business Review*, 16(1), 87-101. <https://doi.org/10.15728/bbr.2019.16.1.6>
- Thorstensen, V. H., & Faria, A. P. (2019). A OCDE e o investimento estrangeiro. Escola de economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Working Paper 514.
- Vermeer E. T., Patton K. T., & Styles K. A., (2011). Reporting of General Infrastructure Assets under GASB Statement No. 34 *American Accounting Association*, 25, 381-407. DOI: 10.2308/acch-10029 ISSN 00014826.
- Vicente R. F. E., & Nascimento, S. L., (2012). A Efetividade dos Ciclos Políticos nos Municípios Brasileiros: Um Enfoque Contábil. *Revista de Contabilidade e organizações*, 6(14), 106-126. <https://doi.org/10.11606/rco.v6i14.45402>
- Werner, D. (2020). Rodadas de neoliberalização, provisão de infraestrutura e “efeito-China” no Brasil pós-1990. *EURE (Santiago)*, 46(139), 143-162. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612020000300143>
- Wooldridge C. S., Garvin J. M., & Miller B. J. (2001). Effects of accounting and budgeting on capital allocation for infrastructure projects. *Journal of Management in Engineering*, 17(2), 86-94. [https://doi.org/10.1061/\(ASCE\)0742-597X\(2001\)17:2\(86\)](https://doi.org/10.1061/(ASCE)0742-597X(2001)17:2(86))